

A Religião no Espaço Público Português

Helena Vilaça
Maria João Oliveira



N IMPRENSA
NACIONAL

Imprensa Nacional
é a marca editorial da **INCM**

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

Avenida de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

www.incm.pt

prelo.incm.pt

www.facebook.com/ImprensaNacional

editorial.apoiocliente@incm.pt

© 2019 Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Helena Vilaça e Maria João Oliveira

Título: *A Religião no Espaço Público Português*

Autoras: Helena Vilaça e Maria João Oliveira

Coordenação científica: Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião (CITER)
da Universidade Católica Portuguesa (UCP)

Edição: Afonso Reis Cabral

Revisão: Carlos Jesus

Capa: Estúdio João Campos

Paginação: Ana Seromenho

Impressão e acabamento: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Este livro foi composto em caracteres Adobe Caslon Pro para o miolo, Futura BT para os títulos,
e impresso em papel Coral Book Ivory, 90 g

1.ª edição: maio de 2019

ISBN: 978-972-27-2755-6

Depósito legal: 451414/19

Edição n.º: 1023176

A Religião no Espaço Público Português

Helena Vilaça
Maria João Oliveira



Índice

- 9 **Prefácio**
- 13 **Introdução**
- 21 **1. A matriz política e cultural católica**
25 Um monopólio religioso
28 O fim do «dossel sagrado»
31 O catolicismo regressa à cena
35 Democracia e reconfiguração da religião no espaço público
- 47 **2. Um «caso especial» ou uma lenta transformação?**
48 A religiosidade dos portugueses no contexto europeu
56 Tendências em curso
- 67 **3. Singularidades da religião em Portugal**
69 Identificação religiosa e contornos sociológicos
78 Urbanização e diversidade
85 Gradações e variantes da prática religiosa
97 Crenças e valores
- 107 **4. Religiosidade popular: ainda e sempre Fátima**
107 Gesto, emoção e projeto
111 Peregrinos e peregrinações
117 Os papas e a reatualização da mensagem
120 Um espaço global e multirreligioso

125	5. Estrutura, reprodução e ação social da Igreja Católica
126	Pessoal religioso
130	Organização territorial
134	Os vários campos de ação da Igreja
151	6. Secularização e diversidade interna
152	Movimentos e grupos eclesiais
161	Desafios éticos
170	Atores e atitudes éticas no contexto católico
175	7. Pluralização do campo religioso
177	Origens e circunstâncias
183	Um novo impulso
188	Regulação jurídica e representações sociais
191	Protestantismo evangélico: uma minoria competitiva?
203	Conclusões
207	Referências bibliográficas
221	Índice de figuras, gráficos e quadros
225	Sobre as autoras

Introdução

A secularização foi uma das teorias ou, talvez até se possa afirmar, paradigmas mais consensuais no pensamento sociológico até aos anos 90 do século xx. Esta tese prevê um declínio constante da religião, tanto a nível social como individual, profundamente relacionado com o progressivo estabelecimento do pensamento racional e o consequente aumento de confiança — e crença — nas instituições científicas. A par da racionalização e erosão do sobrenatural, a privatização da fé e a diferenciação e autonomização dos vários domínios sociais foram entendidas pelos autores da secularização (Berger, 1967; Luckmann, 1974; Wilson, 1969; Dobbelaere, 1981) como outras facetas desse fenómeno. A defesa mais robusta desta tese é preconizada por Steve Bruce (1990 e 1996), para quem o futuro será mesmo caracterizado pela simples indiferença religiosa.

Mas este novo quadro afetaria principalmente as igrejas tradicionais, que durante séculos dominaram a esfera pública. A divisão da cristandade ocidental, definitivamente consolidada a partir do século xviii com o Tratado de Vestefália — que fez coincidir nação e religião, legitimando os monopólios católicos e protestantes europeus —, acabou por contribuir para o enfraquecimento das igrejas de Estado. De facto, se essa situação de proximidade ao poder político e de monopólio do sagrado colocou as igrejas nacionais numa situação privilegiada, a prazo, as igrejas nacionais foram as mais afetadas pela secularização. Por um lado, a proximidade ao poder político abrirá espaços de resistência e emergência de elites anticlericais e antirreligiosas; por outro, a rotinização institucional e a perceção de que a Igreja é um serviço público — ao qual se recorre quando é preciso, mas a perder funcionalidades porque o Estado progressivamente avoca algumas das suas incumbências — contribuirão para uma religião que é, acima de tudo, uma referência cultural (Demerath, 2000).

1

A matriz política e cultural católica

A história do poder político na Europa é indissociável da história do poder eclesiástico. A partir do caso do Império Romano, a Igreja surge como a única instituição que consegue atribuir sentido e unidade a uma Europa remanescente do fim do império. Na era pós-Constantino, verificou-se um novo tipo de relação entre a estrutura social e as representações coletivas religiosas que não se confinou a uma simples mistura com as formas religiosas arcaicas, antes se impôs de forma totalizante sobre essas estruturas antigas (Luckmann, 1999), ensaiando um período de longa duração que se arrastou até à era moderna.

A obra de Agostinho de Hipona vai, de certo modo, teorizar uma teologia que servirá de sustentáculo a este período de transição político-social e religiosa. *A Cidade de Deus* explica, dentro da perspectiva judaico-cristã do Deus que se manifesta e intervém na História dos homens, a queda de Roma. A cidade dos homens, dominada pelo pecado, é substituída pela cidade de Deus, que surge na linha do seu plano salvífico e restituindo, deste modo, um sentimento de moralização e uma escatologia otimista (Markus, 1990: 51-52). Este tratado teológico virá a ter implicações e aplicações quer no plano jurídico quer no plano institucional, que se traduzirão numa tendência de longa duração, no espaço europeu do Ocidente, de unidade político-religiosa com a supremacia do poder eclesiástico. Tomás de Aquino, na linha de Agostinho, dará continuidade, no século XII, a este tipo de teologia e, fundamentalmente, através do desenvolvimento do conceito de *libertas ecclesiae*, o que significa liberdade da Igreja. Partindo da premissa de que a Igreja Católica Romana é detentora da verdade e de que só a verdade tem direitos, o conceito de liberdade será confinado à liberdade da Igreja, uma vez que esta é legitimada pelo monopólio da verdade e, na sequência disso, deverá gozar de exclusividade.

Aqui residem as origens da sobreposição dos discursos político e religioso e do conflito secular de afirmação de um poder sobre o outro. É o mundo descrito por Peter Berger em *The Sacred Canopy* (1967). A religião surge com uma capacidade inigualável de atribuir ao mundo socialmente construído, à coletividade humana, uma dimensão cósmica (1967: 35-39). A ordem social é legitimada por uma ordem sagrada e universal, sempre vigilante em relação à anomia e, dessa forma, combatendo o caos. No período em questão, todos os domínios da vida social (a política, a economia, o direito, a cultura ou a arte) vão, progressivamente, submeter-se a uma construção teológica.

Entretanto, o regime secular ou de cesaropapismo¹, que dominava o Leste do império, não reage bem ao curso da evolução político-religiosa do Ocidente. Em Constantinopla cabia ao imperador o poder supremo (Machado, 1996: 27; Swenson, 1999: 276) e, nesse sentido, a Igreja a ele se submetia e guardava fidelidade, vendo, em contrapartida, assegurada e protegida a sua ortodoxia.

O feudalismo medieval virá pautar-se por um ideal de império cristão, objetivo que obrigava a um entendimento coordenado entre o Estado e a Igreja, na medida em que ambos deveriam zelar pelo bem-estar do ser humano. A História mostra como esse entendimento desejado esteve longe de se realizar de forma pacífica. A partir da Alta Idade Média, a situação altera-se sensivelmente, uma vez que se trata de um tempo de abertura ao debate teológico. Alister McGrath (1988: 21-25) designa esse período de «pluralismo doutrinal», o qual não deixa de estar associado a uma crise de autoridade da própria Igreja. Ambos os fatores acabam por abrir caminho aos reformadores, que, num primeiro momento, se sentem livres de expressar as suas ideias sem o risco de serem considerados heréticos.

A rutura com Roma acaba por se tornar inevitável, até porque o monge agostinho Martin Luther recebe o apoio político que viabilizará o rompimento. Será, então, a partir da Reforma protestante e das guerras religiosas que se começa a prefigurar o Estado moderno,

¹ Acerca do desenvolvimento histórico deste modelo, Swenson acrescenta: «[o] paradigma secular ou cesaropapismo é ilustrado pelo período que vai desde o tempo do primeiro imperador romano cristão de Constantinopla (272-273 A. D.) até ao último imperador ocidental de Roma, quando o império caiu devido às invasões bárbaras [...]. O paradigma teve uma história bem mais longa no Leste desde o tempo do primeiro imperador cristão até à queda do Estado czarista na Rússia, em 1917» (Swenson, 1999: 276).

concretamente com o modelo de Estados independentes preconizado pelo Tratado de Vestefália, como uma solução política possível. Desde essa data, a Igreja Católica permanece majoritária em muitos países, mas adquire um estatuto minoritário noutros. No primeiro caso, a Igreja procura manter os privilégios junto dos aparelhos do Estado, dentro do paradigma hierocrático. No segundo, defende — mas só até certo ponto — o direito à liberdade religiosa, abdicando de uma argumentação com base no princípio *libertas ecclesiae*.

O modo como Martin Luther, na linha de John Wycliffe, define a Igreja é de total fratura com a construção teológica dominante ao longo de um milénio. Ao negar à Igreja uma estrutura visível e um poder para legislar ou fazer os fiéis seguirem essas leis, Luther concede apenas às autoridades políticas essas competências (Skinner, 1996). Não reconhecendo autoridade à Igreja — nem a separação entre os poderes espiritual e secular —, Luther vai atribuir legitimidade em termos de exercício do poder apenas aos governantes seculares². Como consequência disso, os clérigos, se apenas representam o povo de Deus, devem ser escolhidos pelo poder político.

Esta visão dos poderes político e religioso, partilhada pelas igrejas históricas da reforma e pelo anglicanismo, foi prevalecente nos países que tiveram igrejas nacionais protestantes, como no caso dos nórdicos³ luteranos e da Inglaterra, onde ainda hoje é reconhecido ao poder político a legitimidade para dominar o poder religioso. Estes modelos de relação entre o Estado e a Igreja, no mundo da Reforma, correspondem a um paradigma secular com alguma proximidade ao cesaropapismo, embora numa nova versão, que, sublinhe-se, pouco tem que ver com o curso seguido pelo cristianismo ortodoxo de leste (Swenson, 1999). A partir do momento em que a esfera política perde referências normativas religiosas, ela pressiona a sociedade e o próprio domínio religioso a uma secularização interna, isto é, dentro da própria instituição religiosa, ou o plano mesossocietal, na terminologia de Karel Dobbelaere (1981). A situação foi e é diferente nas

² Em simultâneo, o reformador mostra-se cético em relação à capacidade de os príncipes do seu tempo assumirem a alta responsabilidade que lhes é confiada por Deus (Skinner, 1996), defendendo, algo paradoxalmente, que a consciência dos súbditos, alicerçada nas Sagradas Escrituras, se deve sobrepor sempre à obediência ao príncipe.

³ A Dinamarca e a Gronelândia continuam a ter uma igreja nacional: a Igreja Nacional Dinamarquesa ou, literalmente, Igreja do Povo Dinamarquês, formalmente conhecida como Igreja Evangélica Luterana da Dinamarca.

nações onde o catolicismo imperou num quadro de separação entre os poderes político e religioso. Nesses contextos, a Igreja Católica conseguiu, nalguns casos, manter os privilégios junto dos aparelhos do Estado, dentro de um paradigma hierocrático, ou, pelo menos, quando em circunstâncias de fragilidade, revelou uma maior resistência e uma menor permeabilidade à secularização.

A tradição cristã que tem vindo a ser descrita foi, desde cedo, objeto de crítica filosófica e política com os primeiros pensadores humanistas, mas principalmente nos séculos XVI e XVII. Mais importante do que a atitude de pensadores particulares terá sido o próprio curso da estrutura social e da sociedade em geral. Wilson (1996: 16) chama a atenção para duas «forças poderosas» que acabaram por transformar a tradição cristã: o processo de secularização e a emergência do Estado laico.

O mapa político da Europa fez corresponder, a partir do século XVIII, com o Tratado de Vestefália, a cada Estado uma religião. Se a situação de proximidade do poder político e de monopólio do sagrado as colocou numa situação privilegiada, a prazo, as igrejas nacionais foram as mais afetadas pela secularização, em parte devido a uma burocratização e rotinização do carisma, no sentido weberiano do termo. Mas também porque, se uma determinada religião historicamente dominante perde o seu impacto público e político, deixando de abarcar vários domínios da vida social, isso abrirá espaços para que assumam visibilidade (real ou simbólica) tanto elites anticlericais e antirreligiosas, como grupos religiosos minoritários.

No caso dos monopólios católicos, de que Portugal é um exemplo, a sociedade dividiu-se em dois polos extremados: de um lado, o catolicismo (identificado com o sistema de autoridade preexistente e com proximidade à direita política) e, de outro, o secularismo. Nesta situação, as minorias religiosas tenderam a associar-se com os setores antirreligiosos e anticlericais. A hostilidade entre grupos e elites (seculares e religiosas) e a respetiva evolução para situações mais radicalizadas ou mais conciliatórias são um dos aspetos centrais da análise que David Martin (1978 e 2005) faz dos monopólios religiosos em *A General Theory of Secularization*. Este modelo aplica-se à realidade da sociedade portuguesa, principalmente para os finais do século XIX e para a época da I República, uma questão que será mais desenvolvida adiante.

Depois de séculos de monopólio religioso, a Igreja Católica em Portugal procura uma redefinição do seu lugar na sociedade. Ainda detentora de um estatuto especial resultante da Concordata que o

Estado tem com a Santa Sé e os altos níveis de religiosidade tradicional, o catolicismo português desenvolve, de maneira difusa e subtil, novas estratégias de ação em todas as áreas da vida coletiva para enfrentar as dinâmicas de secularização e pluralização. Neste capítulo, serão apresentadas as características dominantes dos diferentes tipos de relação entre a Igreja Católica e o Estado, que historicamente configuraram o contexto religioso português. Será dada especial atenção ao momento presente e ao modo como essa instituição, simultaneamente, preserva lógicas de utilidade pública e delinea atitudes competitivas tanto na esfera sociopolítica como na religiosa. Não se tem por objetivo elaborar uma análise fina e exaustiva dos princípios que ao longo do tempo nortearam as relações entre o poder político e o poder religioso. A reflexão sobre o contexto religioso em Portugal surge aqui com a mera função de enquadramento, sendo, por isso, apenas referidos os *traços gerais* desse quadro.

Um monopólio religioso

A nação portuguesa, fundada em 1128 e reconhecida pelo papa em 1179, foi forjada no cenário da cristandade, sendo o processo de cristianização simultâneo da formação de uma identidade nacional e de uma afirmação territorial. O Reino de Portugal, à semelhança de outros reinos europeus, submeteu-se aos desígnios de Roma como aliado e cooperante na edificação da cristandade. A época das descobertas marítimas e correlativa conquista e apropriação de terras de outros continentes reforçaram o papel da Igreja, em virtude da sua incumbência evangelizadora junto dos habitantes dos novos mundos e do seu poder para traçar os mapas e a distribuição dos territórios descobertos pelos reinos europeus.

Verifica-se, assim, um percurso histórico nacional favorável a uma afirmação progressiva do catolicismo, que, ao longo dos séculos, se foi estabelecendo como referencial religioso e cultural sem concorrência. A sobreposição do discurso religioso ao jurídico e ao político concedia ao primeiro um domínio nas várias esferas de ação social, desde a económica à cultural, à educacional e à artística (Machado, 1996: 29-30). A Igreja possuía assim uma função civilizadora e legitimadora na medida em que desempenhava uma «função hegemónica de regulação social e de inculcação ideológica» (Silva, 1998: 324-325).

Sobre as autoras

Helena Vilaça é doutorada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde é professora no Departamento de Sociologia. É também investigadora do Instituto de Sociologia da UP e do Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião da UCP. Integra atualmente o Conselho da International Society for the Sociology of Religion e coordena a nível nacional o EUREL Project. A sua pesquisa tem incidido de modo dominante sobre a religião, em particular sobre pluralismo religioso e ético, migrações, etnicidade e religião, catolicismo português, bem como comunidades protestantes e evangélicas. Entre as suas publicações destacam-se *Da Torre de Babel às Terras Prometidas: Pluralismo Religioso em Portugal, Portrait du Catholicisme au Portugal*, em coautoria com Maria João Oliveira, e *The Changing Soul of Europe: Religions and Migrations in Northern and Southern Europe*.

Maria João Oliveira é licenciada e doutorada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É investigadora na Unidade de I&D Research in Education and Community Intervention e no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Desenvolveu a sua tese de doutoramento no âmbito da sociologia das migrações, com um enfoque particular no estudo das comunidades religiosas enquanto núcleos de integração social nas sociedades de acolhimento (um projeto com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia). Juntamente com Helena Vilaça, fez parte do Groupe Européen de Recherche Interdisciplinaire sur le Changement Religieux, tendo estado envolvida em dois projetos de pesquisa internacionais na área da sociologia das religiões. Em conjunto, estiveram também envolvidas no EUREL Project, um projeto que fornece informações precisas e atualizadas sobre religião.

Outros títulos nesta coleção

A Teologia Ficcional de José Saramago

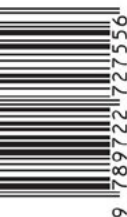
Marcio Cappelli

Livro, Texto e Autoridade

Rita Mendonça Leite

A coleção Estudos de Religião, coordenada pelo Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião da Universidade Católica Portuguesa, acolhe estudos e ensaios multidisciplinares sobre as religiões e as dimensões religiosas da cultura. Além de estar aberta à interpretação de textos religiosos e teológicos, visa melhor compreender as mundividades, identidades e dinâmicas sociais no campo religioso, promover o estudo das práticas, das mediações e da memória religiosa das sociedades, bem como analisar as teorias da religião.

Devido à sua natureza multifacetada, a religião continua a inscrever-se no espaço público. Após séculos de um monopólio católico, observa-se em Portugal uma redefinição sociopolítica e cultural do catolicismo, ensaiada de modo particular depois da revolução democrática de 1974. Sem deixar de reconhecer os indícios de secularização no plano social e individual – de que é exemplo o crescimento acelerado de pessoas sem religião, principalmente nas áreas mais urbanas e cosmopolitas –, são analisadas as manifestações mais espontâneas de religiosidade associadas a fenómenos como o de Fátima; o papel de destaque da Igreja Católica em áreas como a educação, a solidariedade social, as migrações ou a cultura; e os indicadores de religiosidade, comparativamente elevados e indicativos da excecionalidade do caso português no quadro europeu. Não obstante, com a secularização bem arreigada no mundo católico, surgem cada vez mais indicadores de desvio relativamente à ortodoxia teológica e aos códigos morais, expondo divergências tanto a nível individual como nos movimentos dentro do catolicismo. Esta obra aborda também o crescimento e a multiplicação das minorias religiosas, que procuram o reconhecimento no espaço público e a introdução de lógicas mais competitivas no campo religioso.



CATOLICA

CITER - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM TEOLOGIA E ESTUDOS DE RELIGIÃO

BRAGA • LISBOA • PORTO